

“UN POCO PERIODÍSTICO Y UN POCO CINEMATográfico”: A REVOLUÇÃO MEXICANA NAS PÁGINAS DA REVISTA *AMAUTA* (1926-1930)

"UN POCO PERIODÍSTICO Y UN POCO CINEMATográfico": LA REVOLUCIÓN MEXICANA EN LAS PÁGINAS DE LA REVISTA *AMAUTA* (1926-1930)

"UN POCO PERIODÍSTICO Y UN POCO CINEMATográfico": THE MEXICAN REVOLUTION IN THE PAGES OF *AMAUTA* REVIEW (1926-1930)

DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v16i2.58830>

Leandro Galastri¹

Resumo: este trabalho tem o objetivo de demonstrar como a revista *Amauta* acompanhou, relatou e debateu a Revolução Mexicana (1910-1920). A revista foi fundada pelo pensador marxista peruano José Carlos Mariátegui, em setembro de 1926, com o objetivo de promover e ampliar o pensamento crítico na América Latina nas dimensões da cultura, da política e da economia. Ao longo de seus quatro anos de existência e 32 edições, os temas a respeito do México e da Revolução Mexicana tiveram presença frequente nos textos de diferentes autores. Conhecer melhor o modo como a revista *Amauta* lidou com a revolução no México é entender uma importante forma de internacionalização das lutas populares sobre questões sociais prementes na Indoamérica ainda hoje.

Palavras-chave: Revolução Mexicana. *Amauta*. Mariátegui. Indoamérica. México.

Resumen: El objetivo de este artículo es mostrar cómo la revista *Amauta* siguió, informó y debatió la Revolución Mexicana (1910-1920). La revista fue fundada por el pensador marxista peruano José Carlos Mariátegui en septiembre de 1926 con el objetivo de promover y expandir el pensamiento crítico en América Latina en las áreas de cultura, política y economía. A lo largo de sus cuatro años de existencia y 32 ediciones, los temas de México y la Revolución Mexicana figuraron con frecuencia en los textos de diferentes autores. Conocer cómo la revista *Amauta* trató la revolución en México es comprender una importante forma de internacionalización de las luchas populares sobre cuestiones sociales acuciantes en Indoamérica hasta nuestros días.

Palabras clave: Revolución Mexicana. *Amauta*. Mariátegui. Indoamérica. México.

Abstract: The aim of this paper is to show how the review *Amauta* followed, reported and debated the Mexican Revolution (1910-1920). The review was founded by the Peruvian Marxist thinker José Carlos Mariátegui in September 1926 with the aim of promoting and expanding critical thinking in Latin America in the areas of culture, politics and economics. Throughout its four years of existence and 32 editions, the themes of Mexico and the Mexican Revolution have featured frequently in the texts of different authors. To learn more about how *Amauta* dealt with the revolution in Mexico is to understand an important form of internationalization of popular struggles over pressing social issues in Indoamerica even today.

Keywords: Mexican Revolution. *Amauta*. Mariátegui. Indoamerica. Mexico.

Introdução

“Combatamos por esta patria latina, que comienza en México y termina donde concluye América.”
(Ricardo Martínez De La Torre)

*Dizque en México hay un tal Emiliano Zapata
que reparte tierras a los indios,
dizque también el gobierno lo mandó matar,
mentira, los hombres como él nunca mueren.
También nosotros tendremos nuestro Emiliano,
y con él todos iremos.*
(Kondor Kunka-Junín-en
Poesía Campesina del Perú²)

A Revolução Mexicana permanece um marco histórico referencial para as lutas populares da América Latina, em especial para as lutas camponesas do continente levadas adiante, em sua maioria, por trabalhadores indígenas de diversas etnias e culturas americanas. A Revolução começa em novembro de 1910, com a rebelião de Francisco I. Madero, e se estende por toda a década. Encontra em 1920 seus momentos finais e o início da consolidação do poder dos novos grupos proprietários vencedores. Este trabalho tem o objetivo de demonstrar como a revista *Amauta*, fundada pelo pensador marxista peruano José Carlos Mariátegui em 1926, analisou e debateu os eventos revolucionários do México. Houve 32 edições em seus quatro anos de existência, nas quais temas sobre a Revolução Mexicana estiveram presentes com frequência. Mariátegui acompanhou com atenção o que ocorria no México, como se constata em seus escritos. Ele considerava, como é notório, que as massas indígenas camponesas deveriam ter papel protagonista nas revoluções da Indoamérica. É de grande valia, portanto, verificar como a revista dirigida por Mariátegui acompanhou e debateu, pelos vários textos de diferentes autores ao longo de suas edições, o conjunto de acontecimentos que caracterizaram a revolução no México do início do século XX.

Panorama da Revolução

Em outubro de 1910, Francisco Madero, um rico proprietário de terras no norte do México, com aspirações ao poder e descontente com a ditadura da oligarquia porfirista (1884-1911), fez circular um programa político (programa de San Luís) que conclamava a população a derrubar o regime de Porfírio Díaz – que estava no poder no México havia mais de trinta anos -, marcando dia e hora para a ação: 20 de novembro de 1910, às seis horas da tarde. Grupos a favor de Madero empreenderam combates que forçaram a renúncia de Porfírio Díaz e Madero tomou a cidade do México em junho de 1911. O líder camponês sulista Emiliano Zapata aderiu à causa por conta das promessas de reforma agrária, comandando o Exército Libertador do Sul e ajudou, assim, a derrubar o antigo regime porfirista. Zapata, porém, rompeu com Madero ante o engodo verificado, não muito tempo depois, em relação à distribuição da terra. Recusou-se a desarmar seu exército e prosseguiu na luta, lançando o Plano de Ayala em novembro de 1911, em que

exigia a recuperação das terras das comunidades usurpadas pelo regime anterior. Este se tornou o programa por excelência da revolta camponesa e da luta agrária no México.

Madero foi, enfim, derrubado e assassinado por um golpe militar reacionário, promovido pelo general Victoriano Huerta, defensor do antigo regime e apoiado pelos Estados Unidos, em fevereiro de 1913. Enquanto Zapata permanecia resistindo ao sul após o golpe e o assassinato de Madero, o antigo bandoleiro Pancho Villa organizou um ágil e poderoso exército popular a que chamou de Divisão do Norte, com aproximadamente 30 mil homens. As frações da burguesia agrária revolucionária também organizaram exércitos próprios no nordeste e noroeste do país.

Com a eleição de Woodrow Wilson em 1913, a política externa em relação ao México mudou e o general golpista Victoriano Huerta foi pressionado militarmente pelos Estados Unidos a se retirar. Huerta foi derrubado já em 1914 e os diferentes exércitos revolucionários passaram a disputar o poder no México, com as relações de força em torno, principalmente, dos exércitos de Pancho Villa, de Emiliano Zapata e do representante da burguesia mexicana do Norte, Venustiano Carranza. Villa e Zapata entraram na capital federal em dezembro de 1914 com um exército de 60 mil homens. Foram derrotados, porém, em janeiro de 1915 e tiveram de recuar. A partir daí as forças dos generais da grande e média burguesia mexicana começaram a encurralar a revolta camponesa. Villa teve seu exército dizimado em combates contra modernos armamentos do exército de Carranza; Zapata e o que restara de seu exército isolaram-se e resistiram até 1919 no Estado de Morelos, onde impuseram a administração agrarista de Zapata na experiência que ficou conhecida como a Comuna de Morelos. Em outubro de 1915 os Estados Unidos reconheceram Venustiano Carranza como presidente de fato e de direito. Villa e Zapata foram considerados meros rebeldes. Foi o momento em que se estabeleceu uma nova hegemonia política nacional, cuja continuidade fundamental não mais se perderia nas décadas seguintes.³

O México acabou, em todo caso, seguindo as tendências da situação pré-revolucionária após a Revolução. Os benefícios para camponeses e trabalhadores permaneceram poucos e os negócios das empresas estadunidenses multiplicaram-se, cresceram e aumentaram seus lucros. As antigas práticas políticas e sociais permaneceram, agora em formas modernas. Ocorre que a Revolução colocou em confronto não apenas as classes subalternas contra as classes dominantes, mas também elementos frustrados das classes alta e média *versus* elementos favorecidos das mesmas classes. No período revolucionário, as massas populares se envolveram com mais frequência numa guerra civil burguesa do que em causas econômicas e sociais autônomas, ainda que tivessem feito isso em algum momento

Tratou-se de uma guerra pelo poder, na qual diferentes facções revolucionárias lutaram não apenas contra o antigo regime, ou porfiriato, e contra os interesses estrangeiros, mas “também, e muitas vezes em maiores proporções, entre si por questões tão profundas quanto classe e tão superficiais quanto inveja: a facção vitoriosa conseguiu dominar os movimentos de camponeses e os sindicatos de trabalhadores para favorecer empresas norte-americanas e nacionais escolhidas” (Womack, 2013 [2002], p. 107).

Assim, o Estado nacional formado sob a Constituição de 1917 não foi popular em sentido amplo e profundo. Os trabalhos da Assembleia que elaborou a nova Constituição Mexicana começaram na cidade

de Querétaro, ao norte da capital, em 20 de novembro de 1916. Foi promulgada em 5 de fevereiro de 1917, substituindo a Constituição liberal de 1857. Apresentava uma perspectiva nacionalista e anticlerical, sendo a primeira constituição do mundo a colocar no texto normativo direitos sociais e econômicos dos trabalhadores (Prado; Pellegrino, 2022 [2014], p. 111). Havia, à época de sua redação, 50 mil homens armados e mobilizados – comandados respectivamente por Pancho Villa ao norte e Emiliano Zapata ao sul - que não tinham ainda se submetido ao governo de coalizão das forças revolucionárias burguesas do general Venustiano Carranza, o que pode explicar os avanços sociais contidos no texto como resultado direto da Revolução.

Entre as inovações radicais estava o artigo terceiro, que tornava laica e obrigatória a educação, retirando-a do domínio da Igreja; o artigo 27, que conferiu ao país o pleno controle sobre as riquezas do subsolo e condicionava a propriedade fundiária aos interesses públicos, permitindo as expropriações de latifúndios e abrindo espaço para uma possível reforma agrária ampla - o conceito de propriedade privada inserido no texto constitucional era inédito até então: o vínculo à sua função social; o artigo 123 garantia direitos aos trabalhadores, entre os quais estavam a jornada de oito horas, o descanso obrigatório aos domingos, direito de associação em sindicatos e organização de greves, salário mínimo e limitação de mão de obra infantil e feminina (Prado; Pellegrino, 2022 [2014], p. 111). Com a nova constituição, amplos privilégios da Igreja foram retirados, além de sua hegemonia na organização da educação: o casamento passou a ser um contrato civil, tal como os registros de nascimento e óbito; ministros de cultos deixaram de ter direitos especiais e passaram a ser considerados profissionais como quaisquer outros; todos deveriam ser mexicanos e não participar de atividades políticas.

Muitos integrantes da assembleia constituinte eram trabalhadores do campo e da cidade, ou operários que, durante a luta, haviam se transformado em líderes populares ou chefes militares.⁴ A Constituição de 1917 representou um pacto alcançado tanto pela luta quanto pelo diálogo entre diferentes classes sociais. Questões como a reforma do Estado e dos processos eleitorais eram de maior interesse para as classes médias e para a pequena burguesia em ascensão, enquanto as reivindicações operárias e de setores profissionais médios, incluídos na Carta, foram expressão da força da luta sindical promovida pelos trabalhadores das indústrias mexicanas; as reivindicações de trabalhadores rurais e de camponeses inscritas no texto constitucional foram, por sua vez, resultado da luta pela terra travada por todo o território, notadamente ao norte, com Pancho Villa, e ao sul, com Emiliano Zapata (Medina, 2008, p. 131). Da mesma forma, conseguiu-se que constasse na legislação a proteção à pequena propriedade e às terras comunais. Esse perfil política e socialmente avançado da Constituição de 1917 só foi possível devido à pressão e às batalhas de camponeses e operários durante a revolução. Mesmo indiretamente, consegue expressar os interesses e aspirações das classes populares mexicanas: “a ala mais radical da burguesia mexicana tinha noção de que devia incorporar até certo ponto as demandas dos movimentos de massa e que só assim seria possível pacificar o país” (Barbosa, 2010, p. 92).

O regime, porém, foi pressionado pelos Estados Unidos e por adversários internos até o surgimento de uma fração burguesa suficientemente coerente para negociar sua consolidação a partir de 1920. As crises

revolucionárias da década entre 1910 e 1920 no México não foram profundas o suficiente para romper com o modo de produção capitalista. O novo regime acomodou, no poder de Estado, novas forças burguesas capazes de negociar com os Estados Unidos a partir do controle e repressão interna a camponeses e trabalhadores. Enfim, após uma década de lutas revolucionárias, a Revolução Mexicana demonstrou, em perspectiva histórica, a tenacidade que o capitalismo tardio pode ter na economia e sua necessidade de uma reforma burguesa do Estado.

A Revolução Mexicana em Amauta

“Méjico con nuestro país se ballan a la cabeza de los países de cultura autóctona americana y con predominante población amerindia. (...) Méjico, con el advenimiento al poder de la raza india, ofrece el espectáculo de la resurrección azteca. (...) Perú, cuyo paralelismo con Méjico es sorprendente, tomará por idéntico camino, pese a los europeizantes de minoría que viven frente al mar y de espaldas a la cordillera, donde se incuba el mundo procreado por indios y neoindios.” (Luís Eduardo Valcárcel)

Pode-se dividir a trajetória da Revista *Amauta* em três momentos: o primeiro chega até à nona edição, em junho de 1927, quando a publicação é fechada pela ditadura de Augusto Leguía, acusada de complô comunista contra o regime, sendo presos Mariátegui e outros colaboradores; o segundo momento vai de dezembro daquele ano - quando a revista volta a circular mantendo sua proposta política pluralista - até a polêmica com Haya De La Torre sobre a transformação da APRA (Alianza Popular Revolucionária Americana) em partido político; aí inicia-se o terceiro momento, com o editorial do número 17 (setembro de 1928) afirmando definitivamente seu caráter socialista e rompendo com Haya e a APRA (Domingos, 2011). Como veremos a seguir, há escritos sobre a Revolução Mexicana nos três momentos, mostrando a centralidade do tema para o debate dos problemas próprios do Peru, ou mesmo para se pensar os caminhos de uma revolução peruana, a estratégia de Mariátegui.

Para os trabalhadores peruanos, a Revolução Mexicana surgiu como um acontecimento revolucionário externo que lidava com questões afins à relação de forças sociais peruanas. No Peru, a tradução da Revolução por parte das classes sociais populares e de camadas de intelectuais delas representantes desenvolveu uma "função criadora, heurística, das contradições fundamentais da sociedade e das tendências e formas de resolução das mesmas" (Ferreira, 2011, p. 42). Mariátegui foi um dos primeiros a publicar na imprensa artigos a respeito do que acontecia no México e, ainda que de forma heterogênea e contraditória, assimilou os acontecimentos para analisar a própria realidade nacional, utilizando o prisma das contradições peruanas para observar um fenômeno estrangeiro de grande relevância para todas as classes trabalhadoras e camponeses da Indoamérica.⁵ Em todo caso, a questão indígena forneceu o principal elemento de comparação.

Bao (1982, p. 86) lembra que a Revolução Mexicana não chamou a atenção no Peru na mesma medida que a Revolução Russa antes do período de *Amauta*. Foi a posterior ascensão dos camponeses no cenário da luta por terras, o movimento indigenista e sua integração ao movimento popular revolucionário

peruano o que permitiu recuperar a Revolução Mexicana em seu conteúdo agrarista e anti-imperialista, assim como cada fase de seu desenvolvimento. Ela tornou-se então o referencial necessário para tratar as questões essenciais da revolução peruana, principalmente no que se referia às seguintes características: as peculiaridades da Revolução Mexicana e latino-americana; o caráter agrarista e anti-imperialista da Revolução; o papel interventor do Estado na economia; a tensão entre laicismo e clericalismo; educação e missões culturais no meio rural e indígena; México como principal centro revolucionário da América Latina.

A tribuna que centralizou o debate teórico e político no Peru foi justamente a revista *Amauta* (1926-1930), dirigida por Mariátegui, cujo alcance teórico e ideológico ultrapassava as fronteiras peruanas. A partir daqui, acompanharemos as principais análises acerca da Revolução Mexicana nela publicadas.

Terra e campesinato

Já no primeiro número, o antropólogo peruano Luis Eduardo Valcárcel (Valcárcel, 1926, p.4) - cuja obra *Tempestad en los Andes* foi prefaciada por Mariátegui em 1927 - analisa a proximidade étnica e de classe na América Andina, anotando que, além de quatro quintos da população do Peru, também a Bolívia, o Ecuador, a Colômbia e metade da Argentina integravam a “coletividade agrária dos Andes”. Os problemas dessa coletividade andina seriam comuns também a outros países, como Venezuela, Brasil, México, América Central e Antilhas. Todas essas repúblicas viviam o desdobramento em dois mundos diversos: uma minoria europeizada e a maioria mantida em situação marginal. O autor, no espírito internacionalista da revista, localiza o Brasil no mapa da penúria da população rural, que era tanto mais indígena quanto o racismo colonial tinha tornado trágica a questão agrária nas Américas. O México, localizado ao norte, partilharia problemas idênticos aos andinos, tendo atravessado uma revolução em parte indígena e agrária, cujos desdobramentos, já na década de 1920, seriam acompanhados atentamente pela intelectualidade de esquerda e pelos movimentos de trabalhadores no Peru.

No terceiro número, o pintor mexicano Gerardo Murillo Coronado - também conhecido pelo pseudônimo com o qual assina o artigo - Dr. Atl - faz uma resumida exposição, na forma de alguns tópicos/temas, sobre o que teria significado até aquele momento a Revolução Mexicana, sob o sugestivo título de "cinemática mexicana". Para ele, a revolução é o período de intensificação militar, política e social, resultado de quase um século de agitações políticas e sociais pelas quais passou o país (Dr. Atl, 1927, p. 27).

Uma nova consciência coletiva teria sido formada a partir dos violentos choques que sacudiram a anterior estrutura de valores nacionais. Dessa forma, teria se realizado no México uma profunda mudança nas condições gerais da vida coletiva. Curiosamente, o autor reconhece a necessidade de que alguns limites fossem reconhecidos no processo revolucionário para, segundo suas palavras, "reorganizar a administração nacional sobre bases positivas", como o pagamento de dívidas internas e externas e o estabelecimento de cooperação internacional (o que significava consolidar relações principalmente com os Estados Unidos), mas saúda o fomento da indústria nacional e de um vasto plano de irrigação nacional promovido pelo novo governo (no caso em questão, do General Plutarco Elías Calles).

Comentando sobre o que poderíamos chamar espírito moral mexicano, observa, numa expressão inspirada, que "cada mexicano é agora um fator de violência construtiva, como foi anteriormente de violência destrutiva; o indispensável para que o fenômeno se produza é organizar a vontade". Assim, as energias criadoras surgidas da tempestade revolucionária seriam a força motriz do novo país. Particularmente interessante é o momento em que ele comenta o surgimento de organizações operárias como fruto do processo revolucionário. Em contraste com um passado de partidos aristocráticos, de extração militar ou religiosa, surgiriam agora representações populares operárias, e "tanto as que aderem à política governamental, quanto as que lhe fazem oposição, estão constituídas por sindicatos que representam a imensa maioria dos operários do país", sendo elementos de primeira ordem na política nacional. O autor destaca ainda o caráter internacionalista dessas organizações, mantendo contato com organizações similares em países com grandes massas operárias, como França, Estados Unidos e Inglaterra. É conhecida, no entanto, contrastando com o que Coronado supõe testemunhar, a feroz repressão exercida pelo governo contra o movimento operário não alinhado – em especial aquele movimentado pelo Partido Comunista do México - e o aparelhamento da Central Regional Operária Mexicana (CROM) pelo governo do general Calles (Pericás, 2010b, p. 131).

O autor demonstra entusiasmo em relação ao chamado "agrarismo", ou o movimento popular camponês que ajudou a impulsionar e radicalizar o processo revolucionário, identificado historicamente sob as lideranças de Pancho Villa no norte do país e Emiliano Zapata, no estado de Morelos, ao sul. Para Dr. Atl, o agrarismo estaria em "seu período de gestação e constitui uma tendência a elevar o nível econômico e moral das gentes dos campos". De arma política no processo revolucionário, passaria a elemento produtivo central para o país. A organização dos operários e a consolidação do agrarismo seriam duas das consequências positivas mais importantes da revolução. É curioso notar aqui que, mesmo no momento em que o autor escreve, a reforma agrária encontrava ainda enorme oposição dos setores latifundiários nacionais e estrangeiros, e os principais generais da revolução tinham se convertido em alguns dos maiores proprietários de terras do México.

Finalmente, o autor, que teve papel cultural de destaque durante a Revolução, chama a atenção para a necessidade de centrar esforços para a elevação cultural do povo mexicano. Para ele, a produção cultural no México seria intensa no seio de sua população, mas careceria de meios de circulação e divulgação e, especificamente, de reprodução e circulação de livros de escritores nacionais. Segundo afirma, a República agora ofereceria condições favoráveis para esse processo de renascimento intelectual da nação.

José Vasconcelos (1926) publica um texto no quarto número de *Amauta*, em dezembro de 1926 – na verdade, uma conferência pronunciada no Congresso Socialista reunido em Viena em 1925 – em que discorre sobre a formação das Américas sob o signo do amálgama trágico entre espanhóis e nativos, elencando, apesar de tudo, as “nobres características revolucionárias” encontradas na população que resultou desse processo histórico. Ele enxerga aí o surgimento de uma forma original de cultura. A forma republicana parece a Vasconcelos condição fundamental de liberdade, o que não enxergava nas monarquias invasoras europeias: “Todos os monarcas da Espanha e até mesmo os monarcas ingleses não fizeram nada

além de adiar o desígnio de fazer da América uma terra de escolha e justiça para o bem de todos os homens” (Vasconcelos, 1926, p. 14). Condenando o “absolutismo que conduz à miséria da maioria”, enaltece a democracia como propiciadora de realizações em termos de justiça social, mas não deixa de fustigar, quase de forma direta, o imperialismo estadunidense sobre o México: “pelo menos, a democracia antes de se degenerar nos imperialismos das repúblicas demasiado prósperas que se veem rodeadas de povos em decadência”.

Vasconcelos salienta em seu discurso o fenômeno da acumulação originária nas Américas como resultado do simples assalto às suas terras, primeiro por parte da coroa espanhola e, depois, dos caudilhos e generais que se arrogavam a direção das nações independentes, sem que o Estado jamais levasse em conta os direitos de populações inteiras de indígenas e mestiços: “deste sistema de simples ocupação brutal procede a riqueza do hacendado do México, do estanciero da Argentina, do gamonal do Peru”. Afirma que a Revolução Mexicana dos quinze anos anteriores fora um esforço de rompimento tanto com o monopólio da terra quanto com o monopólio da política, com a exploração do trabalhador e a tirania, o militarismo na política. Sugere ainda que convulsões semelhantes precisarão ocorrer nos outros países americanos se seus governos não tomarem providências ante o desespero popular. Ao concluir suas considerações neste número de *Amauta*, Vasconcelos alude ao que considera ser a unidade étnica que, nas Américas, se impõe sobre falsas barreiras políticas dos interesses nacionais, que deveriam se submeter àquela unidade. Talvez seja útil considerar, no entanto, que esta unidade étnica a que se refere Vasconcelos é mais um ente idealizado, uma unidade espiritual baseada no idioma espanhol – e também no português, dado que o autor inclui o Brasil nessa unidade continental: “O português e o espanhol, duas línguas romano-ibéricas facilmente intercambiáveis e que substituem, entre nós, essa Babel das distintas línguas da Europa”.

Em sua vigésima edição (janeiro de 1929), *Amauta* traz um artigo do então presidente do Instituto Mexicano de Pesquisas Econômicas Jesús Silva Herzog, que trata do problema agrário do México no âmbito da Revolução. O autor faz um relato histórico da colonização do território pelos espanhóis e do processo progressivo, de concentração da propriedade fundiária nas mãos de poucos aristocratas e da Igreja ao longo da colônia e da república independente. Em 1910, toda a superfície fundiária mexicana estava em mãos de 834 latifundiários, que exploravam mais que três milhões de trabalhadores rurais: “Nessas simples cifras se encontra a explicação do movimento revolucionário mexicano. Uma minoria privilegiada que arrastava sua ociosidade aristocrática pelas principais cidades da República ou da Europa, e uma maioria ignorante, explorada e faminta” (Herzog, 1929, p. 34).

Desde logo o autor, obviamente ciente do movimento operário comunista e de uma história já de mais de dez anos do regime bolchevique na Rússia, anota que a ideologia da Revolução Mexicana se formava de maneira imprecisa ao longo das lutas e que, até aquele momento, não existiria ainda uma “orientação perfeitamente clara e definida”, e tais contradições se expressariam nas próprias leis do país (principalmente as relativas à reforma agrária e devolução das terras aos povos nativos), das quais quase nada se havia cumprido.

Jesús Herzog identifica naquele momento três tendências em relação à solução do problema agrário: devolução das parcelas de terras comunitárias aos indígenas camponeses, privando-os de ajuda do Estado; transformar essas terras comunitárias em pequenas propriedades privadas; socialização radical das terras em todo território. O autor, enfim, se manifesta pela última solução como a única que poderia viabilizar a superação do capitalismo, responsável pela guerra mundial de passado recente e do imperialismo sobre os países de “Nuestra América”.

Na mesma edição, o jornalista e político socialista espanhol e um dos colaboradores estrangeiros de *Amauta*, Luis Araquistain Quevedo, publica um incisivo texto a respeito da questão agrária no México revolucionário. A principal defesa e justificativa que Quevedo manifesta sobre a revolução remete à causa indígena-camponesa. Sua preocupação central é que os grupos indígenas camponeses se preparassem - espiritual e tecnicamente - para se defender da reação dos expropriados ou que estavam sob ameaça de expropriação. Todos os males do México proviriam de seu regime de propriedade agrária. O autor vincula a solução da questão agrária à consolidação de uma nacionalidade mexicana, em outras palavras, questão agrária como questão nacional. Em termos práticos, a extrema concentração territorial em poucas mãos fragilizava a própria soberania nacional, pois facilitava a ocupação estrangeira - sobretudo estadunidense - por meio de tratativas e negócios quase pessoais entre os latifúndios e essas empresas, além de justificar a invasão militar para proteger os latifúndios contra revoltas camponesas eventuais (Em Chihuahua, dos 24 milhões de hectares, 6 milhões pertenciam ao governador general Luis Terrazas; além dele, esse estado mexicano ainda era dividido por companhias ferroviárias e agrárias estadunidenses). O autor segue descrevendo com informações detalhadas situações muito parecidas no restante do país. No total, dos 2 milhões de km quadrados do território Mexicano, 1,3 milhões eram divididos entre 834 proprietários, segundo o censo de 1910. As terras eram ociosas e a produtividade era baixa, o que elevava a níveis extremos a exploração dos trabalhadores agrícolas⁶.

Considerando que o latifúndio é uma ameaça permanente para a sociedade e para a nacionalidade mexicana, era urgente dividi-lo e distribuí-lo entre seus próprios trabalhadores. Razões para isso seriam, portanto, de justiça social e de consolidação da nação (Quevedo, 1929).

Catolicismo

O filósofo peruano Ramiro Perez Reinoso, que logo se tornaria delegado do Partido Aprista Peruano e se exilaria no Chile no início da década de 1930, escreve no primeiro número de *Amauta* um artigo sobre a revolução mexicana exaltando a afirmação do Estado laico frente aos propósitos da Igreja de possuir o monopólio dos cultos e da educação (Reinoso, 1926). É um texto de condenação à Revolução Cristera (1926-1929) no México, ocorrida durante o governo de Plutarco Elías Calles (1924-1928).

Como resultado dos primeiros anos da Revolução Mexicana, marcados por maior radicalismo, nasceu a Constituição de 1917, contendo artigos que proibiam à Igreja o direito de propriedade, impunham limites no âmbito da educação religiosa e restrições à própria atividade dos sacerdotes. A Igreja do México rejeitava os artigos constitucionais anticlericais. O presidente Elías Calles tomou posições extremadas com

respeito à relação entre o Estado e o Clero, fechando escolas religiosas e conventos, expulsando sacerdotes estrangeiros e prendendo alguns religiosos. A “Liga de defensa de la libertad religiosa”, uma associação católica de direita formada por elementos do clero e proprietários conservadores, convocou um boicote econômico contra o governo. Os primeiros tumultos tiveram caráter espontâneo e a repressão nada mais fez do que provocar a generalização do movimento. O povo reagiu com violência, com forte adesão da população da zona rural (75% dos habitantes naquela ocasião). Em junho de 1929, o movimento possuía 25 mil soldados treinados e mais 25 mil guerrilheiros irregulares. O Estado, então, decidiu negociar um compromisso com a Igreja e encerrar oficialmente a guerra (Meyer Jr., 2013 [2002], pp. 206-207).⁷

Observando o desenrolar da revolta católica no México, Reinoso faz uma eloquente defesa do governo de Calles que, segundo ele, estaria cumprindo os preceitos cristãos de justiça social de forma mais íntegra do que a própria igreja de Roma rebelada em território mexicano: “la retrovolución clerical aparece saturada de ódios partidistas – como lo afirman las actividades de antiguos caudillos puestos a su servicio – porque solo la vuelta al antiguo régimen podría asegurar al clericalismo mundano em sus viejas y ambicionadas posiciones de dominio” (Reinoso, 1926, p. 29). Tratava-se, em sua opinião, do reaparecimento oportunista de uma plutocracia já vencida pela revolução, congruente com o alto clero em todos os seus princípios, que “ha incitado al Pueblo creyente a hacer de la fé el escudo de la retrovolución”. Afirmava ainda que o governo do presidente Calles defendia um grande programa de progresso nacional cujos princípios seriam redentores para a imensa maioria do povo mexicano, entre os quais estava a expansão cultural. Este seria, segundo previne, o processo mais temido pelo clero mexicano, porque conferiria letramento e autonomia de pensamento a uma população rural largamente manipulada pela Igreja. Por fim, Reinoso considerava que a resistência da Igreja era a manifestação da herança colonial espanhola que ainda perduraria no país.

No 12º número de *Amauta*, em fevereiro de 1928, Ricardo Martínez De La Torre, colaborador de Mariátegui e futuro dirigente do Partido Comunista Peruano, publica um contundente artigo criticando a postura da Igreja Católica do México na Rebelião Cristera, que então se desenrolava naquele país com dezenas de milhares de populares católicos em armas, incentivados e apoiados pelo Alto Clero, contra o governo do presidente Plutarco Elías Calles.⁸

Para Ricardo Martínez De La Torre, o clero atacava duramente o que era um “enorme trabalho civilizatório que leva a cabo a revolução mexicana”. Destaca o discurso de um bispo que teria manipulado os populares católicos com invenções contra as tropas federais, tais como a mentira de que estariam inoculando nos religiosos vacinas que provocariam tuberculose, ou que lhes estavam cortando as línguas, ou até que os crucificavam. Mentiras que tinham por objetivo manipular a fé dos mais simples. Critica a organização civil católica que cumpria o papel de organizar os fiéis para a revolta, a chamada Liga de Defesa da Liberdade Religiosa. Martínez De La Torre denuncia o fato de as primeiras manifestações da agitação católica coincidirem com as denúncias, nos Estados Unidos, de expropriação de propriedades estadunidenses pela revolução. A Igreja estaria, segundo sua análise, se aliando a interesses estrangeiros e a latifundiários internos na sabotagem à revolução, com receio de que iniciativas revolucionárias se

espalhassem pelo resto das Américas. Em todo caso, para ele, a bandeira católica contra as medidas anticlericais previstas na constituição serviria como pretexto ideal para a mobilização reacionária mais ampla, procurando desestabilizar economicamente o país e suas atividades produtivas. Martínez De La Torre também justifica e defende o emprego da violência militar no combate à contrarrevolução católica no México (Martínez De La Torre, 1928, p. 26-28).

Cultura

No segundo número de *Amauta*, em outubro de 1926, Haya De La Torre dedica um artigo ao escritor socialista francês Romain Rolland, por ocasião de seu sexagésimo aniversário. Saúda a obra humanista do escritor e salienta sua influência nas rebeliões estudantis iniciadas em Córdoba, em 1918, e reverberadas intensamente no levante popular e estudantil de Lima em 1923, quando o governo de Augusto Leguía promovia a consagração do Perú ao Sagrado Coração de Jesus e ao Arcebispado de Lima. Haya anota que Romain Rolland teria reconhecido que a Revolução Mexicana significou um enorme empreendimento social e cultural dos povos americanos, apesar de atacada e desqualificada pela imprensa estadunidense. Em carta ao ministro da Educação mexicano, José Vasconcelos, Rolland saudava com evidente emoção, lembra Haya, a causa da América Latina, o espírito de sua nova geração, o desejo “ardente” de salvar “nossos povos do perigo de uma nova conquista” (Haya de La Torre, 1926, p. 13). Essa luta passava ainda, segundo Haya, da libertação da ilusão wilsoniana, que promovia discursos de paz na Europa e submetia a “canhonaços” e massacres a população da América Central e México (é necessário lembrarmos que durante todo o período da revolução o México esteve sob ameaça de invasão militar estadunidense, o que chegou a ocorrer em algumas ocasiões, como o desembarque dos fuzileiros navais tomando o porto de Tampico em 1914 e outras incursões militares perseguindo revolucionários mexicanos na fronteira norte).

Ainda nesse número de *Amauta*, o escritor e militante comunista peruano Armando Bazán apresenta uma resenha do então recente livro *Resonancias efímeras*, do escritor mexicano Ernesto Higuera. Higuera participou do Exército Revolucionário mexicano, no qual alcançou o posto de general de brigada. Em 1913 ele se juntou ao movimento constitucionalista, ou seja, ao movimento revolucionário liderado por Venustiano Carranza, contra a presidência de Victoriano Huerta. Em 1926 foi nomeado adido militar da Legação Mexicana no Peru. Nessa época, conheceu José Carlos Mariátegui e deu palestras sobre a situação e o progresso do México. Em 1928, voltou ao México e escreveu artigos anticlericais à época da Revolta Cristera. Publicou ainda uma série de artigos em que expressou suas ideias a favor dos movimentos camponeses agraristas (Diccionario, 2017). Bazán observa em sua nota que Higuera seria “horizontalmente revolucionário”, agente de uma luta constante por meio de suas ações e escritos. Tanto quanto dirigiu soldados na guerra revolucionária, organizou também grupos de escritores onde fosse possível fundar algum periódico crítico para divulgar a “boa literatura americana em sua pátria” (Bazán, 1926, p. 5). Nas palavras de Bazán, Ernesto Higuera possuiria um temperamento lírico de ativa militância pela revolução.

No quinto número de *Amauta*, o escritor e militante comunista peruano Esteban Pavletich, exilado no México, publica um texto sobre o significado da arte do muralista mexicano Diego Rivera, seguido de

uma entrevista com ele. Rivera então se consagrava como um dos principais representantes do movimento muralista mexicano, esteticamente marcado por imagens em grandes paredes urbanas que representavam camponeses e proletários em processos revolucionários. A iniciativa de Pavletich é registrar nas páginas da revista dirigida por Mariátegui os primeiros resultados estéticos da Revolução Mexicana, todas “as marcas profundas na arte provocadas por esse esforço social convulsivo e violento” (Pavletich, 1927, p.5).

Pavletich considera que o México, depois da Rússia revolucionária, seria o país onde o proletariado exercia papel intenso na determinação do reconhecimento, permeável a todos os olhares, de seu enorme papel histórico. Diego Rivera, em sua opinião, era receptor e tradutor substancial dos novos valores estéticos e ideológicos surgidos no seio de um povo que se encontrava em momento culminante de sua história. Na entrevista, Rivera afirma o caráter proletário da pintura nos muros e edifícios públicos – fábricas, sindicatos, escolas, edifícios governamentais – pois o objetivo seria a elaboração de arte imediatamente acessível às massas. Lembra a urgência com que a revolução precisaria preencher as posições estratégicas que as circunstâncias oferecem para a pintura e a arte em geral, da mesma forma que nos terrenos político, econômico e militar. A arte proletária, assim, criaria a plástica das multidões, em sua dinâmica e sua estática, ao mesmo tempo múltiplas e profundamente coerentes.

Para Rivera, nos tempos contemporâneos não poderia existir a “arte pura”, que se quer autônoma, neutra, indiferente à ação das massas. O artista que se comportasse assim estaria passivamente identificado com a cultura e a ordem burguesas, solidário a seus interesses, pois que assumiria uma postura individualista, conforme à filosofia e à prática da ordem burguesa. Dado que “o produto dos sentidos e da mente de um ser humano não pode se desumanizar” (Pavletich, 1927, p.5), sua arte é parte de seu contexto social.

No décimo primeiro número, a poetisa peruana e militante aprista Magda Portal escreve uma resenha sobre a produção literária no México revolucionário, exaltando especialmente a escritora, editora e então chefe do Departamento de Bibliotecas da Secretaria de Educação Esperanza Velasquez Bringas. Neste cargo, Esperanza se teria empenhado no processo de alfabetização e abertura de bibliotecas pelo interior do México. Magda Portal se refere justamente ao livro *Leituras Populares*, uma compilação de textos de autores importantes da época - Tolstoi, Romain Rolland, G.H. Wells, Rodó - reunidos de forma didática a serem apresentados a crianças em idade escolar.

Para Magda Portal, o fenômeno histórico da Revolução Mexicana seria um grande avanço contra o latifúndio colonial, que se sustenta no analfabetismo das massas camponesas. Por isso, o trabalho de educação popular no México, levado adiante também por Esperanza Velasquez Bringas, estaria orientando todos os seus esforços de trazer aquelas massas à atividade intelectual. Esperanza era uma das mulheres da Revolução Mexicana e seu livro representaria, para Magda Portal, o primeiro esforço para introduzir na educação de crianças textos de uma “ideologia nova”, capaz de formar nelas um espírito adequado aos novos tempos revolucionários (Portal, 1928, p. 41)⁹.

Na décima segunda edição de *Amauta*, Mariátegui publica uma resenha do livro *Los de abajo*, romance do escritor mexicano Mariano Azuela sobre a revolução, publicado pela primeira vez em fascículos de jornal no ano de 1915. Azuela era médico e serviu em um dos batalhões de Pancho Villa, experiência que lhe

mostrou as lutas dos camponeses do Norte contra as tropas de generais representantes da burguesia revolucionária: "provavelmente um dos livros mais vendidos no México no século XX, atingindo a cifra de um milhão e meio de exemplares" (Barbosa, 2010, p. 116). Considerado fundador do gênero romance histórico da Revolução, o livro teria ajudado a mitificá-la como acontecimento fundador do México moderno.

Estamos em fevereiro de 1928 e Mariátegui, ao analisar a obra, mostra ainda grande entusiasmo com as promessas do México revolucionário. O país teria a chave do futuro da América indígena, porque "no México se exaltam e se engrandecem prodigiosamente as possibilidades criadoras de nossa América" (Mariátegui, 1928, p. 42). Não por acaso, para Mariátegui, o primeiro país a fazer uma revolução também seria o primeiro a fazer nova arte e nova literatura. A arte não seria então uma categoria independente da política, do espaço e do tempo. Uma época revolucionária possuiria alta tensão criadora, na qual todas as energias e todas as potências de um povo - "políticas, econômicas, artísticas, religiosas" - alcançariam seu grau máximo de manifestação (o número 19 de *Amauta* - novembro-dezembro de 1928 - traria, por exemplo, um extenso artigo do crítico de arte catalão Martí Casanovas sobre o estado da arte da pintura mexicana). Para ele, o livro era o sinal de que a Revolução havia se expressado na prosa mexicana em sua alta manifestação, fixando, em suas palavras, o "caráter e a emoção da epopeia revolucionária" (Mariátegui, 1928, p. 42).

Imperialismo

Ao longo dos 32 números de *Amauta*, inúmeros textos, passagens e reflexões referem-se literalmente ao imperialismo estadunidense sobre toda a América Latina. Ou seja, utilizam o termo "imperialismo" para se referir às constantes ingerências políticas, militares e/ou econômicas dos Estados Unidos sobre a América Latina. Existe, na revista, um visível diálogo com, entre outros, o pensamento de Lênin e sua caracterização conceitual do imperialismo.

No terceiro número de *Amauta*, de novembro de 1926, é publicado um eloquente ensaio a respeito do potencial transformador da juventude andina, de autoria de Edwin Elmore, fundador, junto à Mariátegui, da Federação dos Estudantes do Peru e assassinado no ano anterior por um intelectual ligado ao governo de Leguía. No texto, o autor se refere ao México e ao legado da Revolução Mexicana como a defesa de ideais modernos e continuadores das "sementes plantadas por Bolívar" (Elmore, 1926, p. 6), no sentido de realçar a unidade das populações americanas. Àquela geração de mexicanos se deveria, segundo Elmore, o resgate da altivez e da dignidade em termos da política hispano-americana: "o México vetou o dólar imperial e corruptor; lançou um rotundo NÃO ao poder de Inglaterra; demonstrou aos países todos de nossa América que podem falar em tom magistral e imponente às maiores potências da Terra, mostrou que são chegados os dias em que 'por nossa raça falará o espírito'", citando passagem do livro de José Vasconcelos "La raza cósmica", de 1925, conhecido e discutido entre os intelectuais americanos da época.¹⁰

Em 1927, na oitava edição de *Amauta*, o intelectual argentino Alfredo Palacios, o primeiro deputado socialista da América e entusiasta apoiador da revolta estudantil em Córdoba, se manifesta da seguinte forma

à juventude estadunidense, conclamando-a à rebeldia: “O vosso capitalismo, que tem a seu serviço a máquina governamental, é imperialista e marcha vertiginosa, agressivamente, loucamente, destruindo tudo, para alargar o mercado e exportar capitais, em grande parte para os nossos países que perdem a sua soberania, tornando-se colônias, envoltos nas redes de sua diplomacia financeira.” (Palacios, 1927, p. 34). E acrescenta à parte, ao final: “Amigo Mariátegui: aqui vai minha mensagem dirigida aos jovens estadunidenses, para ‘*Amauta*’”.

Adiante, na mesma edição, Haya De La Torre, em artigo que procura definir o sentido da luta anti-imperialista, sugere que a Revolução Mexicana estaria completa se tivesse nacionalizado a produção petrolífera do país - o que viria a ocorrer apenas em 1938, por obra do então presidente Lázaro Cárdenas. Mas a proposta de Haya, nesse momento, contém uma linha internacionalista segundo a qual nenhum país da América Latina se livraria do imperialismo ianque promovendo nacionalizações isoladamente: “a nacionalização da produção e a união política dos países latino-americanos devem ser simultâneos” (Haya De La Torre, 1927, p. 39). Na mesma linha de raciocínio, na nona edição de *Amauta*, em maio de 1927, o historiador e futuro ministro da Educação peruano, Jorge Basadre anota as características de resistência ao imperialismo estadunidense presentes na Constituição Mexicana de 1917, especialmente em seu artigo 27, que juridicamente representava um avanço radical na prática da soberania sobre os recursos naturais e do subsolo mexicanos (Basadre, 1927, p.10)

De seu exílio no México, dois militantes estudantis peruanos, Jacobo Hurwitz e Nicolas Terrero, comunistas (futuros representantes da Internacional na América Latina) e integrantes da célula aprista nesse país, enviam para o décimo número de *Amauta* um texto abordando os desdobramentos de então da Revolução Mexicana na disputa eleitoral presidencial que se avizinhava para o mandato dos quatro anos seguintes – entre 1928 e 1932 (Hurwitz; Terrero, 1927, p. 23-24). Descrevem com detalhes a superação, pelo governo mexicano, de um golpe reacionário montado por frações do exército e a forma resoluta como o México estaria levando adiante os objetivos reformadores da revolução. Tratava-se de uma conjuntura em que a constituição tinha sido reformada para permitir a reeleição do General Alvaro Obregón, participante e herdeiro da burguesia levada ao poder pela Revolução, que havia exercido o cargo entre 1920 e 1924, indicado seu sucessor, Plutarco Elias Calles, e agora pretendia retornar ao executivo federal. Calles, como Obregón havia feito antes dele, liderava um governo nacionalista de conciliação interna e com o capital estrangeiro, desde que fossem atendidos os requisitos do artigo 27 da Constituição. Isso acarretou conflitos com os interesses de empresas petrolíferas estadunidenses, que pioraram com a oferta de ajuda material, feita pelo México e em aberto desafio aos Estados Unidos, aos insurretos nicaraguenses liderados por Augusto César Sandino contra os fuzileiros navais invasores da Nicarágua.

Como se percebe, Hurwitz e Terrero, no texto enviado a *Amauta*, descrevem a situação política de um México que aparecia como o “paladino da luta contra o imperialismo” (Meyer Jr., 2013 [2002], p. 205). Calles enfrentava ainda, nesse momento, sua própria “Vendeia” - a Rebeleão Cristera (1926-1929) -, com populares católicos rebelados em armas contra as políticas anticlericais da nova burguesia dominante¹¹. Um acordo com os Estados Unidos foi alcançado nos meses seguintes, permitindo a propriedade dos campos

de petróleo já explorados antes da Constituição de 1917 pelas petrolíferas estadunidenses. Alvaro Obregón seria assassinado em julho de 1928 por um fanático católico, o que propiciou a Calles, agora sem concorrência com seu antigo mentor, vários anos ainda de influência sobre o poder executivo mexicano. A revolta armada católica seria encerrada em um acordo com a Igreja em 1929, como já mencionado anteriormente aqui.

O historiador mexicano e militante de esquerda Rafael Ramos Pedrueza faz, no décimo segundo número de *Amauta*, uma denúncia do imperialismo cuja definição ecoa claramente os escritos de Lênin ao asseverar que o "período final do regime capitalista em decomposição é o imperialismo" (Pedrueza, 1928, p. 34). O autor passa em revista o histórico de intervenções imperialistas na América Latina, resumindo particularmente a história do México sob a subserviência de Porfirio Díaz ao imperialismo ianque. Considera o levante liderado por Francisco Madero como um momento de avanço para as forças populares nacionais, que conheceu um refluxo com o posterior golpe reacionário de Victoriano Huerta. Enaltece o que considera ser a tenacidade revolucionária dos exércitos revolucionários burgueses notadamente sob a liderança do general Venustiano Carranza, que alcançaria a presidência do México entre 1917 e 1920, condenando, no entanto, o assassinato de Emiliano Zapata, em uma investida contra a revolução agrarista do sul. Pedrueza, de qualquer forma, enaltece as administrações seguintes do México (Alvaro Obregón, 1920-1924; Plutarco Elías Calles, 1924-1928) por considerar que teriam administrado com base em uma postura anti-imperialista e nacionalista, refletida em medidas como reforma agrária, a educação dos indígenas, e a nacionalização do petróleo, entre outras providências constitucionalistas. O entusiasmo com o processo revolucionário, que ele considera em andamento, o faz invocar a unificação dos trabalhadores das Américas e do que considera ser a "raça indo-latina" na luta permanente contra o "abutre do imperialismo" presente na fronteira norte.

Revolução burguesa

Na edição de número vinte e três, Eudócio Ravines, que viria a ser secretário-geral fundador do Partido Comunista Peruano após a morte de Mariátegui, envia observações desde seu exílio em Paris sobre o que chamou de "Termidor" mexicano, em referência à fase conservadora da Revolução Francesa.

Ravines sustenta que a burguesia mexicana estaria tratando, então, de impor obstáculos à continuidade da Revolução sob os princípios do proletariado. A Revolução fora realizada pelas massas operárias e camponesas e usufruída pelos setores então preponderantes da burguesia. O autor faz referência ao conflito religioso - a chamada "rebelião cristera" - que perdurava ainda no México no momento em que escreve e a considera um desdobramento das ameaças ao latifúndio que a Revolução trouxe: "O clero era o maior latifundiário, o cacique mais poderoso e o mais forte baluarte do feudalismo crioulo" (Ravines, 1929, p. 77).

Ele considera que as classes oprimidas do México se rebelaram em uma ampla frente única, embora desorganizada. Os camponeses se levantaram em armas motivados diretamente pela fome e pobreza cotidianas. A classe operária, inicialmente mobilizada sob palavras de ordem anarquistas, terminou por se fundir às forças da burguesia e da pequena burguesia, que consolidaram a revolução. O papel termidoriano

seria exercido então pela política do presidente Alvaro Obregón, que representava diretamente a burguesia vencedora em seu mandato presidencial de 1920 a 1924, cuja orientação política continuava a influenciar os destinos do México até ali, mesmo após seu recente assassinato. O Código do Trabalho, aprovado pelo partido obregonista, segundo Ravines, seria um dos melhores feitos da burguesia para submeter e domar o proletariado.

Ravines afirma que se trataria, no momento em que escreve, da consolidação de uma revolução burguesa de fato, ou seja, evitar o retrocesso pautado por setores reacionários em relação ao regime de propriedade da terra. Para o autor, o setor mais perspicaz da burguesia compreenderia que, enquanto subsistir o modelo feudal de propriedade no México, sua hegemonia de classe não poderá ser instaurada nem política, nem economicamente. A servidão e o feudalismo precisariam desaparecer como relações de trabalho e propriedade no país, para que os negócios prosperassem.

Em relação à luta operária, ele anota o destacado papel da CROM (Confederação Regional Operária Mexicana), vasto organismo no qual se organizavam operários, camponeses, artesão e pequenos burgueses. Embora tenha sido resultado de intensas lutas de trabalhadores nos anos 1918 e 1919, marcada por "uma etapa violenta de anarcossindicalismo", esta confederação se encontraria agora nas mãos de burocratas e conciliadores de classe. Empreenderiam uma luta que fazia frente ao feudalismo e à reação caciquista, mas que se traduzia em estreita colaboração com a burguesia. Segundo as palavras de Ravines: "El pensamiento de sus hombres dirigentes, antiguos obreros convertidos en funcionarios de un gobierno burgués y en burócratas del vasto aparato trade-unionista, no tiene nada que ver con el marxismo, ni con la concepción sindicalista soreliana" (Ravines, 1929, p. 79).

Para o autor, faltaria ainda a análise marxista que esclarecesse e especificasse os contornos da Revolução Mexicana. Esta, embora pudesse ser considerada uma revolução social, não teria as características de uma revolução socialista. Ravines esperava, porém, que a racionalização do trabalho, o desenvolvimento do monopólio, a padronização dos países indoamericanos pelo imperialismo e o oportunismo conciliador que trai os interesses da classe operária pudessem induzir a retomada de uma "autêntica concepção sindicalista e o genuíno partido proletário mexicano" (Ravines, 1929, p. 80).

No vigésimo sexto número de *Amauta* (setembro-outubro de 1929), o amigo de Mariátegui exilado no México, escritor e militante comunista peruano Esteban Pavletich, apresenta uma análise histórica da revolução mexicana cujo ponto de partida é a pergunta se se trata de uma revolução socialista. O autor faz uma detalhada explanação do processo de concentração de terras no México até chegar ao início do século XX. Explica o que considera ser o processo de formação do "feudalismo" mexicano durante a dominação espanhola e o período pós-independência (Pavletich, 1929, pp.59-60). Expõe o absurdo da criação, pelo Estado mexicano em 1875, das "Companhias Deslindadoras", ou atividades de exploração dos limites e demarcação do território mexicano, pelas quais tais companhias - nas mãos de poucos indivíduos - recebiam um terço das terras demarcadas. O país, assim, chegava ao fim da primeira década do século XX com os seguintes números: 880 mil km² de terra distribuídas entre 6 mil fazendas pertencentes a 834 indivíduos. Submetidos a eles, 3.130.000 servos que, com suas famílias, somavam dez milhões de pessoas. Toda a terra

agricultável ficou submetida a uma produtividade baixíssima, que não chegava a abastecer sequer o mercado interno (Pavletich, 1929, p.62).

Esta é a situação em que, ao mesmo tempo em que os camponeses e operários, a burguesia mercantil e os homens de negócio mexicanos se envolvem na revolução conduzindo seus próprios interesses de classe. Uma vez derrotado Porfírio Díaz, são esses os novos grupos que procuram concretizar suas aspirações de poder e domínio sobre o Estado. A Revolução Mexicana, que o autor caracteriza como revolução de uma jovem burguesia mercantil e da pequena burguesia agrária, teve que assimilar em seu trajeto alguns acenos à esquerda devido a três razões fundamentais: 1- seu interesse específico em superar a estrutura agrária anterior por meio da liquidação do latifúndio feudal, da ação anticlerical e da distribuição de terra a certos setores camponeses; 2 - seu nacionalismo econômico, que a colocava em luta contra o imperialismo; 3 - a necessidade imperiosa de atrair às suas hostes as classes oprimidas - operários e camponeses - apoio decisivo para sua ascensão e vitória.

Nesses movimentos também estaria considerada a tentativa de evitar que as classes subalternas se organizassem de forma autônoma e apresentassem suas próprias reivindicações. Justamente por isso o movimento zapatista, que ameaçava tirar a revolução do controle das camadas burguesas, teria sido o responsável pela inserção do artigo 27 na constituição de 1917, fazendo constar nela as reivindicações centrais do levante camponês no território mexicano. No entanto, observa o autor que Emiliano Zapata, "instintivo, apaixonado e nobre guia das massas camponesas escravizadas", nunca elaborou o conteúdo de suas reivindicações em ensinamentos e postulados socialistas – os quais, de resto, não conhecia. Seria no passado que ele procuraria a solução para a questão agrária - na restituição dos *ejidos* aos povos indígenas roubados pelos latifúndios - bem como na solução pequeno-burguesa da expropriação de parte dos latifúndios mediante prévia indenização. Tal fórmula não era nada estranha às aspirações liberais da revolução. Na prática, o próprio Zapata superou os limites dessas reivindicações expropriando revolucionariamente latifúndios e reintegrando-os ao controle dos trabalhadores rurais e camponeses. Porém, o fez como exigências próprias da ação violenta que era requerida no processo revolucionário ou, nas palavras de Pavletich, "medidas determinadas por incidências imprevistas da luta" e não inspiradas por um propósito genuinamente socialista (Pavletich, 1929, p.62).

Percorrendo *Amauta* ao longo de suas edições, é possível, portanto - como espero tenha ficado demonstrado -, acompanhar as várias dimensões dos problemas e acontecimentos abordados e discutidos pelos autores que se ocuparam da Revolução Mexicana em suas páginas, questões que puderam ser elencadas nos temas gerais da terra e do campesinato, do catolicismo, da cultura, do imperialismo e do caráter burguês da Revolução.

Considerações finais

Em 2023 completaram-se 100 anos do retorno de Mariátegui ao Peru, após uma estadia de mais de três anos na Europa (dezembro de 1919 a janeiro de 1923), durante a qual se deteve por mais tempo na

Itália. A data importa por marcar a consolidação do marxismo em seu pensamento e da necessidade de sua tradução para o Peru e a Indoamérica como um todo.

É já desse ponto de vista que Mariátegui acompanha o desenrolar da luta de classes na América indígena, não apenas em seus próprios escritos, mas viabilizando o espaço da revista *Amauta* para, entre outros, o debate a respeito também desse tema. É por meio de *Amauta* que diferentes visões críticas sobre a Revolução Mexicana ganham expressão por praticamente todo o tempo de existência da revista (1926-1930). Acompanhar as diferentes análises sobre o assunto em *Amauta* permite compreender e contrastar o que diversos autores da esquerda latino-americana pensaram do processo quase em tempo real. Permite também ver como o próprio Mariátegui se mostra esperançoso com o legado da Revolução, opinião que foi se modificando conforme se aprofundava na questão e observava os últimos desdobramentos da Revolução no final da década de 1920.¹²

A criação de *Amauta* foi também a expressão, por parte de Mariátegui, de seu esforço de tradução do instrumental teórico do marxismo para uma compreensão profunda da diversidade cultural, social e econômica da América Latina e das lutas específicas de seus povos, não descartando, claro, seu declarado método “um pouco jornalístico, um pouco cinematográfico” para lidar com questões da conjuntura recente, quando fosse o caso (Mariátegui, 1994 [1925], p. 925). Tal como no Peru, as massas engajadas no México eram majoritariamente de camponeses indígenas; nada mais apropriado, portanto, para o empreendimento político mariateguiano que o estudo detido do que se passava naquele país irmão.

A análise das condições concretas de Indoamérica deveria dar o tom da política e da teoria revolucionárias no continente. *Amauta* cumpriu, entre outros, este papel durante sua existência. Escolhi seguir o tema em pauta pelas suas páginas por se tratar, no caso, do cruzamento entre a primeira grande revolução popular do século XX na América Latina com o mais importante periódico latino-americano de análise marxista da época. À luz do que foi exposto neste texto, é possível entender um pouco mais da visão dos pensadores críticos da época a respeito da Revolução e seus personagens, contribuições que nada deixam a desejar em relação aos debates e argumentos ainda hoje em voga sobre a Revolução Mexicana: que deixou um legado jurídico progressista inédito até então no mundo, no que se referia à partição da propriedade fundiária e aos direitos dos trabalhadores camponeses e urbanos, bem como à soberania nacional e popular; que Zapata foi o líder revolucionário com as atitudes mais avançadas e radicais a respeito do poder popular camponês-indígena sobre a terra e sobre os deveres da Revolução para com os trabalhadores do campo; que a pintura muralista de Diego Rivera, David Siqueiros e Clemente Orozco estão entre os mais importantes e duradouros legados artísticos da Revolução; que, enfim, a Revolução findou-se em um processo de restauração contrarrevolucionária das frações burguesas vencedoras.

Estes e outros temas sobre a Revolução Mexicana estão assiduamente presentes ao longo de várias das 32 edições de *Amauta*, periódico que se soma, sem dúvida, ao arsenal contemporâneo de fontes fundamentais para a abordagem desta grande revolução latino-americana que precedeu a própria Revolução Russa.

Referências:

- ASCENSO, João Gabriel da S. Uma contribuição à história do conceito de raça no México: José Vasconcelos e a “Raça Cósmica”. **XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH: conhecimento histórico e diálogo social**. Natal-RN, 22-26 julho 2013, https://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364696404_ARQUIVO_JoaoGabrielS.Asce_nso_ANPUH2013.pdf
- BAO, Ricardo M. La Revolución mexicana en el Movimiento Popular-Nacional de la región andina. **Boletín de Antropología Americana**, n. 6, 1982, pp. 85-103.
- BARBOSA, Carlos A. S. **A Revolução Mexicana**. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.
- BASADRE, Jorge. Mientras ellos se extienden. **Amauta** n. 9, maio 1927, pp.9-10.
- BAZÁN, Armando. Resonancias efímeras. **Amauta** n.2 (Supl. Literário), oct. 1926, p.5.
- BUSTOS, Rodolfo B. Antecedentes. In: BUSTOS, Rodolfo B.; MEDINA, Rafael A.; LOZA, Marco A. B. **Revolução Mexicana: antecedentes, desenvolvimento, consequências**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, pp.21-74.
- BUSTOS, Rodolfo B.; MEDINA, Rafael A.; LOZA, Marco A. B. **Revolução Mexicana: antecedentes, desenvolvimento, consequências**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- CHÁVEZ, Fernando I. **Escritores de imágenes y pintores de discursos: literatura y crítica de arte en la prensa cultural de México (1900-1930)**. Ciudad de México: UNAM, Heúresis, 2020, p. 133-134.
- DELMAR, Serafín. El Perú y las nuevas corrientes artísticas. **Atenea**, Vol. 7 Núm. 61 (1930), pp. 45-52.
- DICCIONARIO de escritores mexicanos: siglo XX. Ciudad de México: UNAM, 2017 (<http://www.elem.mx/autor/datos/3851>)
- DOMINGOS, Maria H. Revista Amauta: intelectuais, redes e militância política. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, julho 2011.
- DR. ATL. Cinemática mexicana. **Amauta** n. 3, nov. 1926, p. 27.
- ELMORE, Edwin. La batalla de nuestra generación. **Amauta** n. 3, nov. 1926, pp. 5-6.
- FERREYRA, Silvana G. La interpretación de José Carlos Mariátegui sobre la Revolución Mexicana. **Revista Iberoamericana**, XI, 43, 2011, pp. 41-59.
- HAYA DE LA TORRE, Víctor R. Romain Rolland y la América Latina. **Amauta** n.2, oct. 1926, pp. 12-13.
- HAYA DE LA TORRE, Víctor R. Sentido de la lucha anti-imperialista. **Amauta** n. 8, abril 1927, p. 39.
- HERZOG, Jesús S. El problema agrário de Mexico y la revolución. **Amauta**, n.20, jan. 1929, pp. 32-36.
- HURWITZ, Jacobo; TERREROS, Nicolas. Panorama de la política mexicana. **Amauta** n.10, diciembre 1927, pp. 23-24.
- LOZA, Marco A. B. Consequências. In: BUSTOS, Rodolfo B.; MEDINA, Rafael A.; LOZA, Marco A. B. **Revolução Mexicana: antecedentes, desenvolvimento, consequências**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, pp. 145-190.
- MARIÁTEGUI, José C. Los de abajo. **Amauta** n.12, feb. 1928, p. 42.
- MARIÁTEGUI, José C. **La escena contemporánea (“Mariátegui Total”)**. Lima: Biblioteca Amauta, 1994 [1925], p. 921-1019.
- MARTÍNEZ DE LA TORRE, Ricardo. La Revolución Mexicana y el Clero. **Amauta** n. 12, feb. 1928, pp. 26-28.
- MEDINA, Rafael A. Desenvolvimento. In: BUSTOS, Rodolfo B.; MEDINA, Rafael A.; LOZA, Marco A. B. **Revolução Mexicana: antecedentes, desenvolvimento, consequências**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, pp. 75-144.

- MEYER JR., Jean. México: revolução e reconstrução nos anos de 1920. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina**: de 1870 a 1930, Volume V. São Paulo: Edusp, 2013 [2002], pp. 193-234.
- NUNES, Américo. **As revoluções do México**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1980.
- PALACIOS, Alfredo. Mensaje de Alfredo Palacios. **Amauta** n. 8, abril 1927, pp. 34.
- PAVLETICH, Esteban. Diego Rivera: el artista de una clase. **Amauta** n.5, enero 1927, p.5-8.
- PAVLETICH, Esteban. La Revolución Mexicana: revolución socialista? **Amauta** n.26, set.-oct. 1929, pp. 57-67.
- PEDRUEZA, Rafael R. La Revolución Mexicana frente a Yanquilandia. **Amauta** n.12, febrero 1928, pp. 34-36.
- PERICÁS, Luiz B. John Reed e a Revolução Mexicana. In: REED, John. **México insurgente**. São Paulo: Boitempo, 2010a, pp. 9-26.
- PERICÁS, Luiz B. José Carlos Mariátegui e o México. **Margem Esquerda**, n. 15, 2010b, pp. 113-142.
- PORTAL, Magda. Los libros de la Revolución Mexicana. **Amauta** n. 11(Supl. Literário), enero 1928, pp. 41.
- PRADO, Maria L.; PELLEGRINO, Gabriela. **História da América Latina**. São Paulo: Contexto, 2022.
- QUEVEDO, Luis A. El aspecto agrario de la Revolución Mexicana. **Amauta**, n.20, jan. 1929, pp. 79-82.
- RAVINES, Eudócio. El Termidor mexicano. **Amauta** n.23, mayo 1929, pp. 77-81.
- REED, John. **México insurgente**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- REINOSO, Ramiro P. La Iglesia contra el Estado em Mejico. **Amauta** n. 1, sept. 1926, p. 29.
- VALCÁRCEL, Luís E. Hay varias américas. **Amauta**, n. 20, jan. 1929, pp. 38-40.
- VALCÁRCEL, Luís E. Tempestad em los Andes. **Amauta** n. 1, sept. 1926, pp. 4-6.
- VASCONCELOS, José. El nacionalismo em América Latina. **Amauta** n.4, diciembre 1926, pp. 13-16.
- WOMACK, John. A Revolução Mexicana, 1910-1920. In: BETHELL, Leslie. **História da América Latina**: de 1870 a 1930, Volume V. São Paulo: Edusp, 2013 [2002], pp. 105-192.
- WOMACK, John. **Zapata y la Revolución Mexicana**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2017 [1969].

Notas

¹ Doutor em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Livre-docente em Pensamento Político Latino-americano pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp). Professor da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp-Marília). Pesquisador dos grupos de pesquisa Marxismo, Estado e Relações Internacionais, Cultura e Política do Mundo do Trabalho e Classes Sociais e Trabalho. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4430241707984902>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6218-1113>. E-mail: leandro.galastri@unesp.br.

² Delmar (1930, p.49), p. 45-52.

³ Para uma abordagem inicial sobre a história da Revolução Mexicana, pode-se conferir Barbosa (2010); Bustos, Medina, Loza (2008); Meyer Jr. (2013 [2002]); Nunes (1980); Pericás (2010a); Prado, Pellegrino (2022 [2014]); Reed (2010); Womack (2013 [2002]); Womack (2017 [1969]).

⁴ Womack (2013 [2002], p.162) apresenta, com mais detalhes, um perfil pequeno-burguês dos integrantes da Assembleia Constituinte de 1916: "A maioria dos 200 ou mais deputados representavam nominalmente distritos dos Estados populosos de todo o México central, de Jalisco a Vera Cruz, onde vários generais tinham sido eleitos. Pelo menos 80 por cento deles eram burgueses e 75 por cento destes eram pequenos burgueses provincianos. Em termos políticos, a maioria tinha grande experiência: 31 haviam sido parlamentares na 26ª legislatura; talvez outros 150 haviam desempenhado funções oficiais nos governos estaduais maderistas, na burocracia constitucionalista em 1914-1915 e nos altos comandos militares constitucionalistas. Em termos ideológicos, a grande maioria professava um simples

liberalismo anticlerical. Alguns dos mais letrados esposavam um reformismo liberal que chamavam de socialismo. Um deles era um sindicalista sério.” Também havia um grupo de esquerda de “jovens soldados populares”.

⁵ Para um mapeamento das opiniões de Mariátegui sobre a Revolução Mexicana, conferir Pericás (2010b) e Ferreyra (2011).

⁶ “Porque de esto no quepa duda: el estado de guerra civil endémica en que México vivió una gran parte del siglo XIX y parte de le que va del siglo XX sólo obedecía a un motivo capital: a la miseria del indio.” (Quevedo, 1929, p. 81).

⁷ A Guerra Cristera foi resultado de uma coalizão rural entre classes sociais distintas que não contavam com liderança centralizada e atuavam em um padrão zapatista, com base em grupos guerrilheiros com poucas armas e munição, seguindo o padrão dos levantes camponeses durante a Revolução Mexicana. A revolta contra a suspensão dos cultos e a interferência estatal nas autonomias municipais e nas políticas locais foram os motivos que levaram esses camponeses católicos à rebelião. Mais do que propriamente uma rebelião religiosa, tratou-se de uma oposição rural contra o aumento do controle estatal da região central do México. Acordos intermediados por diplomatas estadunidenses e chilenos entre a Igreja e o novo presidente, Emilio Portes Gil, encerraram oficialmente o confronto, deixando dezenas de milhares de camponeses mortos (Barbosa, 2010, pp. 101-102). Após os acordos, a Igreja retomou suas atividades e as ações mexicanas voltaram a subir em Wall Street.

⁸ Ver nota 6.

⁹ “Ya en el prólogo de *Lecturas populares* (1925) Esperanza Velázquez Bringas afirmaba: ‘De nada sirven las revoluciones, si sus principios no se graban profundamente en el alma popular. El triunfo armado es únicamente la posibilidad para realizar reformas sociales permanentes [...]. Los niños de hoy, llamados a formar las familias del mañana, deben ser informados desde la escuela de toda la ideología revolucionaria, para que en el futuro no sean los opositoristas ni los detractores de las ideas renovadoras, sino que por el contrario, si es preciso, sepan defender no sólo la patria, sino las instituciones nacidas al calor del derecho colectivo [...]. Necesitamos que la juventud comprenda que México ha ido a la revolución para hacer la redención del indio, y para obtener para el obrero y para el campesino aquellos derechos y aquellas mejoras trascendentes que antiguos regímenes les habían negado’ (Esperanza Velasquez Bringas apud Chávez, 2020, p. 133-134).

¹⁰ No livro, José Vasconcelos defende a ideia de uma "raça cósmica", formada pela mestiçagem histórica das "quatro raças" que a antecederiam: a negra africana, a vermelha americana, a amarela asiática e a branca europeia. Trata-se, no entanto, mais de um processo de desenvolvimento espiritual do que de um fenômeno puramente biológico. Para o autor, esse movimento de fusão entre as quatro raças ocorreria graças ao papel de "ponte" da raça branca, ao invadir e conquistar vastas regiões do mundo. Para mais detalhes, conferir Ascenso (2013).

¹¹ Ver nota 7.

¹² Ver nota 5.

Recebido em: 24 de jan. 2024

Aprovado em: 26 de ago. 2024